

BLUMENAU E O DESASTRE SÓCIO-AMBIENTAL DE 2008: UMA CIDADE REFÉM DA “RECONSTRUÇÃO”¹

Ivo Marcos Theis²

INTRODUÇÃO

Na terça-feira, 18 de novembro de 2008, as últimas famílias, de quase 50, deixaram o Morro Coripós, no Bairro Escola Agrícola. As primeiras começaram a ser retiradas desde o início do mês, quando foram descobertas rachaduras na Rua Germano Grosch. Na semana anterior, no dia 12 de novembro, já haviam sido retiradas cerca de 30 famílias de outra localidade, na Rua Pedro Krauss Sênior, Bairro Vorstadt. No mesmo dia 12 de novembro, um trajeto de mais de 40 metros da Rua Doutor Pedro Zimmermann, onde se construía um imponente viaduto, caíra no ribeirão Itoupava. Na quarta-feira, 19 de novembro, deslizamentos provocados pela chuva contínua acabariam interditando a Rua Germano Grosch. Felizmente, não havia mais ninguém nas casas do Morro Coripós. Nos primeiros 21 dias de novembro a chuva havia acumulado 341,5 milímetros. Registros dos anos recentes mostram que, quando chove muito, o acúmulo de precipitação num mês de novembro pode chegar a 150 milímetros. Um novembro mais chuvoso foi o de 2006, quando a chuva acumulou 167,5 milímetros. Então, na tarde do sábado, 22 de novembro, caiu um aguaceiro incomum, provocando o deslizamento de terras na lateral de importante Shopping Center e assustando, pra valer, a classe média local. Era a véspera da maior das calamidades pelas quais a cidade já passara – de fato, um *desastre sócio-ambiental*.

O objetivo que se tem com esta curta intervenção é duplo. De um lado, lançar alguma luz sobre o *desastre sócio-ambiental*, ocorrido em novembro de 2008, que acometeu a população de Blumenau – e de outros municípios de seu entorno (com destaque para Ilhota e Itajaí). De outro, à luz de suas implicações sociais e ambientais, trazer à superfície o conflito entre dois projetos de cidade, um da elite que defende a *reconstrução* de Blumenau, e outro dos movimentos sociais que quer uma *reinvenção* de Blumenau.

¹ Uma versão inicial deste texto foi escrita entre fins de novembro e início de dezembro de 2008, portanto, poucas horas/dias após o *desastre sócio-ambiental*. Agradeço pela leitura atenta e pelos comentários mais que pertinentes de I. K. Rischbieter e L. Butzke, que, no entanto, devem ser eximidas dos erros remanescentes.

² Economista, doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha), professor e pesquisador da Universidade Regional de Blumenau, e bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq [Email: ivo.theis@pq.cnpq.br].

Para lograr o intento acima explicitado, dividiu-se o texto em oito breves seções. Depois desta introdução segue uma seção em que se procura reconstruir o imaginário de Blumenau projetado por suas elites (o de uma cidade de gente que trabalha e é alegre); depois, uma em que se antecipa a dimensão do desastre sócio-ambiental de 2008; em seguida, uma seção em que são recuperadas as principais calamidades que até então haviam acometido Blumenau e região; depois, uma em que se passa em revista as principais versões sobre o desastre sócio-ambiental de novembro de 2008; em seguida, uma seção um pouco mais longa em que se apresentam os “atores” e se discutem seus discursos e interesses; a penúltima seção trata do “pós-desastre” e das reações e providências dos “atores”, sobretudo, dos governantes; a última, finalmente, consiste numa rápida conclusão em que se enfatiza o conflito entre o projeto da *reconstrução* e o projeto da *reinvenção*.

1 - BLUMENAU: *TERRA DE TRABALHO, TERRA DE ALEGRIA*

Essa intervenção que tem por objeto o desastre sócio-ambiental de novembro de 2008 diz respeito a Blumenau, o município que polariza a região do Vale do Itajaí, terra de colonização germânica, em Santa Catarina. É o terceiro município mais rico do Estado, um dos mais ricos do Sul do Brasil. Berço da industrialização catarinense – a primeira indústria têxtil surgiu em 1880 –, Blumenau projeta uma imagem para o resto do país de lugar de *gente trabalhadora*. A vocação para o trabalho – celebra-se – está no sangue. E a recompensa é uma suposta qualidade média de vida superior à brasileira. Essa imagem de uma Blumenau vocacionada para o trabalho passou a competir, desde meados dos anos 1980, com a de lugar de *gente alegre*. Paradoxalmente, depois de passar por duas grandes enchentes, em 1983 e 1984 (ver adiante), a então autoridade pública local instituiu uma *festa de outubro*. Com a sua massiva divulgação através de cartazes exibindo jovens louros com vestimenta bávara³, a *festa de outubro* atrai grande público, já tendo rivalizado com a Festa do Peão de Boiadeiro, de Barretos, no centro-sul do país.

³ Apenas para lembrar: o fundador da cidade, Hermann Otto Bruno Blumenau, veio de Braunschweig, relativamente distante (geográfica e culturalmente) de Munique, no Estado da Baviera.



Imagem 1: Oktoberfest em Blumenau (2008)
Fonte: jornal de Santa Catarina

O que é certo: Blumenau é um município que, com seu entorno, ostenta uma qualidade média de vida razoavelmente boa. Mas, é tanto *terra de trabalho* quanto também o é qualquer outro espaço em que indivíduos vendem sua força de trabalho para obterem os meios para a sua subsistência. Mesmo se fosse *terra de trabalho*, durante a crise dos anos 1990, os empresários locais demitiram, terceirizaram e precarizaram segundo os ditames do velho capitalismo selvagem, transformando Blumenau em *terra de desemprego*. E que não é *terra de gente alegre*, isso é reiteradamente lembrado por cada cheia do furioso Rio Itajaí e seus afluentes: aqueles atingidos pelas águas, geralmente, entre lágrimas de perdas humanas e materiais, vão tendo que *tocar a vida*. Ainda bem que as enchentes são episódicas e há intervalos entre elas. Contudo, os mais atingidos são os que, como em qualquer lugar, têm pouco tempo para alegria, porque necessitam trabalhar duro para garantir sua sobrevivência.

2 - NÃO CALAMIDADE, MAS DESASTRE SÓCIO-AMBIENTAL

O domingo, 23 de novembro, amanhecia em Blumenau, literalmente, em estado de *calamidade*. Só que não se tratava de uma cheia como as anteriores. As chuvas de sábado e das primeiras horas de domingo já haviam provocado sustos. No entanto, as autoridades estavam confusas. Era uma *calamidade*, mas, de outro tipo? Que *calamidade* era essa?

Com as cheias da primeira metade dos anos 1980, instituiu-se, a muito custo, um “sistema de alerta” baseado na obtenção de informações sobre chuvas na bacia hidrográfica do Rio Itajaí. Identificando-se as nascentes dos ribeirões que afluem para os rios da bacia,

tornou-se possível acompanhar a subida das águas em decorrência de chuvas e antecipar os níveis do Rio Itajaí nos municípios pelos quais ele passa. Assim, por exemplo, passou a ser possível fazer a previsão do nível do Rio Itajaí em Blumenau a partir da observação das chuvas e dos seus níveis nos municípios localizados à montante. Todavia, o “sistema de alerta” não funcionou desta feita pela singela razão de que as chuvas à montante eram insignificantes. A chuva desabava exclusivamente sobre Blumenau e municípios à jusante, como Gaspar, Brusque e Ilhota. Itajaí, o município em que se localiza a foz do Rio Itajaí, amanheceria na segunda-feira, 24 de novembro de 2008, com 85% de seu território coberto pelas águas.

Em síntese: havia um novo fenômeno para ser reconhecido e entendido. Não as águas que caíram no território da bacia do Rio Itajaí, como anteriormente, provocaram a calamidade. A precipitação se concentrou em Blumenau e arredores, sobretudo, em municípios que estão mais próximos da foz. Não obstante, os estragos materiais e, sobretudo, as perdas de vidas humanas foram muito superiores aos que resultaram dos eventos de 1983 e 1984 – para ficar naqueles tomados por estudiosos e autoridades como referências no último quarto de século.

3 - CALAMIDADES ANTERIORES

Os nativos que ocupavam espaço compreendido por Blumenau (e região) antes da chegada dos europeus, em meados do século XIX, conviviam com as cheias sem dificuldades. Aliás, consideravam-nas eventos da natureza que deveriam ser respeitados. Quanto a *prejuízos*, parece redundante lembrar que essa noção não fazia nenhum sentido para os nativos, mas muito para os imigrantes que, com seus valores, foram se impondo no nordeste catarinense.

Assim, prejuízos e mortes em decorrência de enchentes foram contabilizados apenas após a chegada dos imigrantes alemães.



Figura 2: Blumenau no início do século XX
Fonte: Acervo histórico do município de Blumenau.

Entre 1850 e 2005, o Rio Itajaí ultrapassou os 10 metros acima de seu *nível normal* mais de 45 vezes. Grandes cheias, com níveis acima de 13 metros além do *normal*, em Blumenau e região, verificaram-se ao longo do século XX em 1911, 1957, 1983 e 1984. As enchentes de 1983 e 1984 acabaram se tornando marcos, tanto por terem desencadeado estudos sobre suas causas quanto por terem suscitado medidas de prevenção. Não obstante, a rigor, nunca foram adotadas políticas que tomassem suas implicações ambientais e seus impactos sociais na devida conta.

A enchente de 1983 foi uma das mais emblemáticas para quem vivia na região. A novidade, então, fora que as águas subiram acima do nível de 10 metros em quatro ocasiões: março, maio, julho e setembro. Em março, o pico foi de 10,6 metros no dia 4; em maio, as águas subiram 12,52 metros acima do *nível normal* no dia 20. Julho foi o mês em que a situação se agravou pra valer: no dia 9, as águas chegaram a 15,34 metros acima do *nível normal*. O último susto naquele ano foi no final do mês de setembro: no dia 24 as águas subiriam a 11,75 metros acima do *nível normal*. Dados oficiais revelam que a calamidade de 1983 produziu 49 vítimas fatais.

A principal peculiaridade da enchente de 1984 é que ela chegou de supetão, de uma hora para outra. E isso foi em agosto: no dia 7, as águas subiram 15,46 metros acima do *nível normal* do Rio Itajaí – acima, portanto, do pico da enchente de 1983. A outra peculiaridade daquela enchente é que ela ocorreu num intervalo muito curto após a anterior. A última cheia acima de 13 metros antes de 1983, como já se viu, teve lugar no longínquo ano de 1957. O

que não mudou – e nem deve surpreender por isso – é que a enchente de 1984, tanto quanto a de 1983, também provocou danos materiais e custou vidas humanas.

4 - VERSÕES DO DESASTRE SÓCIO-AMBIENTAL

Ao longo do mês de novembro de 2008 houve um acúmulo de precipitação de 1001,7 milímetros em Blumenau, algo aparentemente incomparável com qualquer evento similar no Brasil em qualquer época desde que os portugueses aqui colocaram seus pés. O que caiu de água no sábado, 22 de novembro, já era digno de figurar no famoso livro dos records: 243,5 milímetros. E no domingo, 23 de novembro, uma nova superação: 250,9 milímetros. Em consequência, as terras amolecidas pelos meses de chuva ininterrupta começaram a deslizar. De repente, os morros de Blumenau se tornaram “lugares mais perigosos” que os do Rio de Janeiro. O referido deslizamento ao lado de conhecido Shopping Center, na tarde do sábado, foi um prenúncio: nas horas seguintes, porções menores ou maiores de terra *escorregariam* de alto a baixo. A espetacular queda de uma casa de classe média alta (sobre outras duas não menos classe média), no início da tarde do domingo, 23 de novembro, que percorreu o mundo em filme feito de uma “digital”⁴, indicava que, aos poucos, a calamidade alcançava estratos da população de níveis socioeconômicos mais elevados. Só que a verdadeira tragédia seria, como sempre, implacável com a população mais pobre. Ainda no domingo, parte do Morro Ristow, num bairro periférico de Blumenau, desabou, soterrando de uma só vez 14 casas e muita gente simples dentro delas.

Uma localidade que contabilizou inúmeras vítimas foi a do Morro do Baú, no município de Ilhota. Entre os casos mais graves, este é, de fato, exemplar. Ironicamente, o tal Morro do Baú – em cuja área de abrangência se localizam os bairros Braço do Baú e Alto Baú, cenários da catástrofe – é, desde os anos 1960, uma área de preservação. Há exatos 45 anos, o Padre Raulino Reitz adquiriu 750 hectares daquele pedaço do mundo para lá implantar o Parque Botânico do Morro do Baú. Ao longo dos últimos anos, o parque foi sendo descaracterizado, constituindo-se nos seus arredores uma floresta, mas de *pinus eliotis* e *eucalyptus*. Com toda a chuva daquelas fatídicas 48 horas do final de novembro, casas e moradores do Braço do Baú e do Alto Baú foram soterrados pela terra que, implacável, levava consigo (e cobria) o que encontrava pela frente. Se pouco antes da calamidade havia *risco de vida* no Morro do Baú, não muito tempo depois restaria apenas desolação.

⁴ Ver, a propósito, <http://www.youtube.com/watch?v=R3pBMKYwapE>.

São diversas as versões que explicam o que ocorreu nos últimos dias de novembro de 2008 em Blumenau e demais municípios localizados à jusante. Há uma versão difundida a partir da Defesa Civil (de municípios como Blumenau, do próprio Estado de Santa Catarina), bastante repetida pelos administradores públicos: a calamidade teve origem na chuva dos quatro meses, isto é, na água que caía desde agosto/setembro. Com o solo encharcado, uma chuvinha mais forte levaria ao desastre. Há uma versão de pesquisadores e estudiosos das áreas das exatas e naturais e das engenharias (hidrólogos, geólogos etc.), segundo a qual, a chuva desde agosto/setembro, combinada com o aguaceiro do sábado, 22 de novembro, e domingo, 23 de novembro, teriam provocado a calamidade. Também circulou uma versão atribuindo parte da tragédia (sobretudo, em Ilhota) a duas explosões, em momentos distintos (mas, no mesmo final de semana), do gasoduto que corta a região. O que se disse a respeito é que as explosões teriam provocado um movimento de terra e levado ao desastre do Morro do Baú. Uma versão ambientalista, menos difundida, apontou para a transgressão das leis da Mãe Natureza e atribuiu o ocorrido à desconsideração das vulnerabilidades do ecossistema. A calamidade de novembro teria sido, fundamentalmente, uma *catástrofe natural*. O governador Luiz Henrique da Silveira, sem a mesma ciência das versões acima, produziu a sua própria: “o chão está derretendo como sorvete”. Ele perderia parte dos eleitores, mas não a piada.

Provisoriamente, pode-se afirmar: a) sem a chuvarada de sábado 22 e domingo 23, os deslizamentos não teriam sido precipitados; b) sem as chuvas de agosto/setembro a novembro, o solo não teria sido encharcado e, portanto, não teria dado chance para o azar; c) a tese da catástrofe natural subdimensiona as múltiplas interações entre a sociedade humano e o meio físico; d) as teses da explosão do gasoduto e do sorvete nada acrescentam ao que já se sabia.

E o que é que já se sabia? Basicamente, duas coisas: primeiro, que o entendimento de um desastre sócio-ambiental como o de Santa Catarina não pode ser logrado a partir de um enfoque mono-disciplinar⁵. Segundo, que vivemos numa sociedade que padece de inequívoco déficit democrático: no caso em questão, os interesses econômicos, expressos por frações da burguesia local e regional (empresários industriais, especuladores imobiliários etc.), assim como os interesses político-partidários, expressos pelas elites governantes em nível local e

⁵ “Explicar por que pessoas moram ou instalam atividades produtivas em áreas que deveriam estar sem uso não é possível por meio das ciências da natureza. É preciso combinar aspectos sociais, históricos, culturais, geográficos, políticos, emocionais e econômicos para entender o povoamento de uma determinada localidade que gera risco”. Cf. Wagner Costa Ribeiro. “Tragédias de verão”. **Caderno Mais FSP**, 30/11/2008, p. 3.

estadual, vêm sendo irresponsavelmente sobrepostos ao interesse público, também em matéria de desastres naturais, em Blumenau como em Santa Catarina.

5 - OS ATORES, OS DISCURSOS, OS INTERESSES

É impossível, em poucas linhas, caracterizar essa miríade, demasiadamente extensa, de órgãos públicos e entidades representativas, de interesses muito diversos, que se envolveram na etapa pós-desastre.

Dentre os órgãos públicos, encontram-se na linha de frente as prefeituras dos municípios atingidos. Também há o governo do Estado. E também o governo federal. E também há câmaras de vereadores, a Assembléia Legislativa e os representantes catarinenses no parlamento nacional. Do outro lado do balcão, há que se considerar o empresariado, os meios de comunicação, a universidade – e o *povo*.

Dentre as administrações locais, destaca-se, pela relevância econômica do município, a Prefeitura Municipal de Blumenau. Seu titular era ligado ao DEM e hoje, ao PSD. Foi reeleito no pleito de outubro de 2008, às vésperas do desastre, com o apoio do PSDB e do PMDB. A Câmara de Vereadores de Blumenau tem votado em conformidade com o executivo local desde 2004. E executivo e legislativo locais têm feito a vontade das elites da cidade⁶. Evidências? Em junho de 2008, a três meses das eleições, foi lançado um projeto que desenhava um futuro espetacular – para o empresariado e, sobretudo, para a especulação imobiliária do município⁷. Na calamidade de novembro, não fosse pela atuação (também criticada) da Defesa Civil local, poder-se-ia dizer que faltou autoridade civil. De fato, a população passou a sentir-se mais segura com a presença de soldados do 23º Batalhão de Infantaria na rua do que com as providências emanadas do paço. A considerar as declarações na fase pós-desastre, a população pode continuar insegura. Referindo-se ao projeto “Blumenau 2050”, o prefeito e seus interlocutores afirmaram que *não* haveria mudança de rumo: *a cidade seria reconstruída*.

⁶ Por exemplo, para Dom Angélico Sândalo Bernardino, ex-Bispo da Diocese de Blumenau, a calamidade de novembro é produto da “convivência do poder público com especuladores imobiliários”. Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u474524.shtml>.

⁷ Ver, a propósito, PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Blumenau 2050**: o futuro já começou. Blumenau: PMB/PDUB, 2008; ver, também, <http://www.blumenau.sc.gov.br/bnu2050>.



Figura 3: "Tríplice aliança" na Oktoberfest de Blumenau, em 2008.
Fonte: Jornal de Santa Catarina

A administração estadual vinha tendo atuação criticada ao longo dos últimos anos que precederam o desastre. O governador Luiz Henrique da Silveira (na época, em segundo mandato), embora blindado na Assembléia Legislativa, onde a mesma base PMDB-PSDB-DEM/PSD lhe assegurava folgada maioria, vinha sendo alvo de graves denúncias⁸. Também aqui executivo e legislativo atuavam em fina sintonia com os interesses da burguesia estadual. Importante episódio de subserviência desses poderes às elites econômicas do Estado refere-se ao Código Ambiental de Santa Catarina. O documento foi elaborado com o propósito de legitimar os interesses dos poderosos do campo e da cidade⁹. A pressão da sociedade civil na fase pós-desastre adiou sua votação, mas não impediu sua aprovação. O governador teve atuação, em relação ao desastre sócio-ambiental de novembro, coerente com as demais medidas que marcam seu mandato. Ele passou pelas cidades atingidas e prometeu buscar recursos, onde recursos houvesse, para a recuperação dos municípios que sofreram maiores perdas humanas e materiais. Até o final de janeiro de 2009, todavia, esforçara-se mesmo para instituir uma “taxa para a reconstrução do Estado”, cobrada do contribuinte via fatura mensal de energia elétrica. De fato, quem, em nome do governo do Estado, acabou botando a mão na

⁸ Como as reunidas no proibido livro “A descentralização no banco dos réus”, da lavra do jornalista Nei Silva.

⁹ Ver, a propósito, <http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2307981.xml&template=4187.dwt&edition=11183§ion=882>.

massa, nas localidades mais afetadas, foram os funcionários públicos, desde professores até policiais militares, secularmente punidos com baixos vencimentos.

O governo federal poderia ter tido influência decisiva nos acontecimentos pós-calamidade em Blumenau e região. Cumpre lembrar que parlamentares federais de Santa Catarina, ligados ao PT, fizeram a conexão com Brasília. Depois da passagem de vários ministros nos dias anteriores, já na tarde da quarta-feira 26 de novembro, o então presidente Lula sobrevoou três dos municípios atingidos pelo desastre, assustando-se com o que viu e liberando R\$ 1,6 bilhão para socorrer vítimas e recuperar perdas de infraestrutura. Lula voltaria a Santa Catarina no dia 12 de dezembro de 2008 para mostrar que o governo federal se faria presente. A dúvida era apenas se sua influência estaria a serviço dos que realmente perderam com o desastre...

Quanto ao empresariado de Blumenau, este tem atuado ao longo da história como atua o capital privado em geral. Por exemplo: após a primeira grande greve dos trabalhadores têxteis, em 1989, os empresários têxteis demitiram sem dó nem piedade. Também em meados dos anos 1990, com a queda nas vendas (decorrente da farra cambial promovida pelo Plano Real), os mesmos empresários demitiram como nunca – melhor: como sempre. Esses empresários acenaram, na etapa pós-desastre, com a promessa de estabilidade no emprego para os seus “colaboradores” (por 90 dias, diga-se), embora – argumentaram – tivessem sido afetados pela *calamidade*. Na verdade, o governo federal dispôs-se a liberar recursos para as empresas locais, mas, exigindo em troca que não houvesse demissões. Talvez devesse ser considerado que os impactos da *calamidade* sobre as empresas foram menores do que o alardeado. Do ponto de vista dos imóveis e equipamentos, as grandes e médias empresas já haviam promovido a reestruturação. Com a terceirização que fizeram entre o fim dos anos 1990 e o início dos 2000, passaram a necessitar de bem menos espaço físico do que precisavam 15 anos antes. Do ponto de vista do mercado, as grandes e médias empresas vendem pouquíssimo do que produzem na região e em Santa Catarina. De maneira que seus mercados foram menos afetados pela calamidade que pela “crise global”. Deveriam interessar-se mesmo pela recuperação do Porto de Itajaí e das rodovias federais danificadas, que escoam sua produção. Certo: se, além de tudo, ainda vier uma grana, ninguém é trouxa de devolvê-la.

Uma fração, especialmente, *esperta* da burguesia local é a que está atrelada à especulação imobiliária em Blumenau. A *coisa* começa com a aquisição de terras na periferia de Blumenau por *empreendedores imobiliários*, que, com o auxílio da Prefeitura, urbanizam a

área e fazem lucrativos loteamentos. Sim, isso se dá em cada canto de Pindorama. Mas, em Blumenau, vítima contumaz de grandes cheias, haveria bons motivos para *ordenar* a especulação, para mantê-la em limites seguros para a vida humana. A *coisa* continua nas áreas centrais, mais nobres, próximas de comércio, bancos e serviços, onde vêm sendo erguidos não menos desordenadamente edifícios e mais edifícios. A segunda página do referido projeto “Blumenau 2050” contrasta três imagens da área mais central da cidade: a do passado é ralinha, pouco habitada e, convenientemente, em preto e branco; a segunda, colorida, é a do presente, com urbanização avançada e as águas do rio barrentas; e a terceira é a do futuro, sem sinal de pobreza e com edifícios imponentes se erguendo às margens de um Rio Itajaí cristalinameamente azul. O desastre botou uma azeitona estragada na empada da especulação imobiliária e do projeto político das elites locais. Entretanto, a considerar a voz da autoridade constituída (e reeleita), o projeto “Blumenau 2050” *é o nosso norte*.

Quanto aos meios de comunicação, historicamente, eles atuaram em consonância com os interesses das elites locais. Rádios e jornais tiveram importância na preservação da ordem estabelecida. Blumenau – convém lembrar – teve o primeiro canal de televisão funcionando em Santa Catarina. Quando ocorrem enchentes, rádios AM passam a ser importantes fontes de informações para a população. Por ocasião do desastre sócio-ambiental de novembro de 2008, uma nova e interessante experiência teve lugar: a “rede da solidariedade”. Logo nas primeiras horas, três canais de TV de Blumenau (TV FURB, TV Legislativa e TV Galega) e uma estação de rádio (FURB FM) se uniram em cadeia e passaram a atuar coordenadamente na busca e difusão de notícias, divulgação de dados e realização de entrevistas com detentores de informações. Além da “rede da solidariedade”, uma infinidade de bloggers e meios virtuais de comunicação teve considerável importância na transmissão de notícias e mobilização de recursos. Para fora, a comunicação funcionou a partir da destacada presença das grandes redes. Praticamente, todas as que disputam seu quinhão na preferência nacional morderam no bolo da *calamidade* de Santa Catarina. A Rede Globo premiou o Brasil com o deslocamento de Willian Bonner a Blumenau, de onde falaria, *ao vivo*, na quinta-feira 27 de novembro¹⁰. Na manhã do dia seguinte seria a parceira do Louro José a tirar sua casquinha do desastre, transmitindo o “mais você”¹¹, diretamente, da terra da *festa de outubro*. Não é preciso ser exigente para inferir que essas e outras *coberturas* foram fantásticos shows de desinformação. Fizeram-se as perguntas erradas, para as personagens erradas, com alguma imagem

¹⁰ Ver, a propósito, http://www.viuvideos.com/video/_kDZRvXS4vc/enchente-em-santa-catarina-willian-bonner-ao-vivo-jornal-nacional-271108-part-1.

¹¹ Ver, a propósito, <http://maisvoce.globo.com/MaisVoce/0,,MUL882116-10345,00.html>.

comovedora ao fundo. No entanto, foram *coberturas* na medida para provocar comoção: a *calamidade*, amplificada, convertida em tragédia, rendeu boas audiências, valeu o investimento dos anunciantes e deu novas provas de que a notícia é mercadoria.

A Universidade Regional de Blumenau (FURB), uma instituição pública que vem lutando para ser federalizada, tem razoável inserção na comunidade regional – incluindo relações tanto com os empresários quanto com os movimentos sociais. Desde meados dos anos 1980, havia um corpo interdisciplinar de especialistas dedicado ao estudo da problemática das cheias na região. O grupo de pesquisadores, reunido em torno do Instituto de Pesquisas Ambientais [IPA], tinha origem em todos os campos do conhecimento e vinha atuando na prevenção de danos sociais e materiais desde a enchente de 1984. O IPA acabou sendo desarticulado na segunda metade dos anos 2000, dele sobrevivendo apenas o Centro de Operações do Sistema de Alerta [CEOPS]¹². Apesar das peculiaridades do desastre de novembro de 2008, os especialistas do CEOPS/FURB tiveram contribuição importante na divulgação de informações para os meios de comunicação e a população da região, assim como na atuação conjunta com a Defesa Civil local. Mais: setores da FURB envolveram-se tanto na situação de maior emergência, visando mitigar o sofrimento dos atingidos, quanto na busca de respostas de médio e longo alcance. Contudo, também há setores que aplaudem a *reconstrução* e vão continuar atuando em defesa dos interesses do capital e das elites locais.

E quem é o *povo* em Blumenau? Sem aplicar o rigor de qualquer cartilha nem proceder a uma nova consulta ao clássico de Darcy Ribeiro¹³, o *povo*, aqui, é quem não se enquadra na tipologia dos grupos sociais acima. Característica central: realisticamente, é quem não controla o seu destino, sujeito a decisões de outrem e se encontra aprisionado em situações adversas. No caso de Blumenau (e, talvez, da região de entorno), uma resposta mais cuidadosa exigiria olhar para os habitantes e o espaço que estes ocupam na cidade. A população de Blumenau ultrapassa, hoje, os 300 mil habitantes. Todavia, em 1980, pouco antes das duas grandes enchentes daquela década, ela se limitava a 157 mil habitantes. O *povo*, então, habitava as partes baixas da cidade, aquelas inundáveis. Após as enchentes de 1983 e 1984, esse *povo* subiu os morros da cidade. Esse *povo* que há duas décadas fugiu das partes inundáveis é que foi – novamente! – vítima em novembro de 2008. Como em qualquer lugar, apesar de sofrer os impactos das decisões tomadas pelos gestores públicos (a elite política), que responde aos poderosos (a elite econômica) e escuta os sabidos (a elite

¹² Ver, a propósito, <http://ceops.furb.br>.

¹³ Ver, a propósito, RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

intelectual), ele não está representado em nenhum *plano de reconstrução*. Em Blumenau, o *povo* tem alguma expressão política apenas em um *fórum de trabalhadores* e um *fórum de movimentos sociais*. O problema é que os fóruns mesmos são pouco articulados entre si e não têm maior expressão junto a outros sujeitos e instituições – a não ser quando algum sindicato puxa uma greve. Não obstante, é neste âmbito que se fica conhecendo a desgraça por dentro, o sofrimento na carne, a tragédia como ela foi.



Figura 4: Trabalhadores têxteis de Blumenau em greve.
Fonte: Ivo M. Theis

6 - E DE NOVEMBRO DE 2008 EM DIANTE?

A etapa *pós-desastre* pareceu para o *povo*, por um tempo considerável, de *ainda-desastre*. E, talvez, ela tenha se prolongado e demorado a passar, especialmente, para essa parte da população que perdeu parentes, amigos, móveis, casas, referências. Por isso, não apenas é difícil precisar causas do que se passou no último terço de novembro de 2008 em Blumenau e região, mas também compor um quadro mais fidedigno da situação posterior.

Por uma seqüência confortável de dias, a chuva daria uma trégua. Aproveitou-se esse tempo para verificar o que restara. A paisagem em Blumenau (e arredores) continuava das mais tristes, embora na parte central da cidade se tivesse investido numa recuperação mais acelerada. Nas periferias, contudo, o quadro permaneceria dramático por semanas.

Oficialmente, a calamidade custou a vida de mais de 135 pessoas, de 15 municípios catarinenses, 98% das quais vítimas de deslizamentos. Mais da metade dessas vítimas era, primeiro, do município de Ilhota e, depois, de Blumenau. Milhares de casas, mais em Blumenau que nos demais municípios, foram destruídos pelas águas ou por deslizamentos, ou se tornaram inabitáveis por se localizarem em áreas de risco. Houve, em decorrência, milhares de desabrigados. Em Santa Catarina, chegaram a ser mais de 35 mil pessoas desabrigadas/desalojadas. O maior número estava no município de Blumenau, onde os desabrigados se distribuíram por mais de 50 abrigos (em escolas, igrejas, associações de moradores, universidade etc.). Apesar da chegada diária de inúmeros caminhões com donativos (roupas, colchões, alimentos, água etc.) – apenas no dia 8 de dezembro de 2008 chegaram 27 caminhões! –, nem todos os abrigos foram atendidos a contento.

No entanto, não foram apenas donativos, bens palpáveis, que chegaram a Blumenau e região. Foram abertas dezenas de contas bancárias, de entidades públicas e organizações privadas, nas quais foram feitos depósitos por pessoas físicas e jurídicas. É uma grana considerável que, somada aos recursos que os governos destinariam para a *reconstrução*, deveria dar para resolver com folga a situação dos verdadeiramente necessitados. Deveria... A rigor, não houve uma prestação de contas dos recursos depositados nessas contas até hoje (dezembro de 2012).

No capítulo dos recursos oriundos da União, é bom lembrar que o governo federal previa liberar *dinheiro novo* para os empresários locais, mesmo que não tivessem sido tão afetados pela calamidade. Por exemplo, o empresariado do município, embora abertamente hostil ao governo Lula, procurou Guido Mantega já no início de dezembro para *solicitar*, num único pacote: a postergação do pagamento de impostos, a liberação de linhas de crédito para *recuperar* suas empresas e grana para financiar a construção de três mil casas. Aqui vem, então, a pergunta: também haverá *dinheiro novo* à disposição de quem, comprovadamente, teve perdas? Em casos como os dos municípios atingidos, o Ministério da Integração Nacional reconheceu a situação de emergência e autorizou o saque do FGTS pelos atingidos. Os empresários e as autoridades locais festejaram a liberação dos recursos do FGTS para os trabalhadores. Mas, esse não era um dinheiro do trabalhador? Consta que uma vez sacado não se poderia mais fazer uso dele. Se para os empresários havia *dinheiro novo*, porque não havia *dinheiro novo* para o povo?

7 - CONCLUINDO: RECONSTRUIR OU REINVENTAR A CIDADE?

Parece que o que até aqui se expôs mostra haver distintos “projetos de cidade” em disputa. De fato, quando se consideram medidas de médio e longo alcance, podem-se distinguir, nitidamente, dois projetos. De um lado, as elites locais se mobilizam em defesa da *reconstrução*. O empresariado e os políticos queriam “deixar a cidade bonita de novo”. De outro lado, um difuso movimento que envolve sindicalistas, lideranças comunitárias, ambientalistas e setores da FURB tem defendido que é preciso *reinventar a cidade*.

No caso das elites, o capital privado (com forte expressão nos interesses imobiliários) e as autoridades locais têm mesmo um plano: o antes citado “Blumenau 2050”. Se o plano parecia mirabolante em junho de 2008 (afinal, de onde tirar recursos para financiá-lo?), ironicamente, ele pode ganhar vida com a *calamidade*. Um sinal inequívoco: o orçamento do município de 2009 previa exatos R\$ 81 milhões para a rubrica *obras*. Com a *calamidade*, ela pulou para R\$ 159 milhões. Além do mencionado, ainda mais grana apareceria – para cuja captação a velha/nova gestão criou, especialmente, uma *Secretaria de Governo e Articulação Política* – e outros 23 novos cargos de confiança.

Como as evidências, desafortunadamente, sugeriam:

“tudo isso [deveria seguir] seu ciclo perverso. O mundo todo de olho no estado por um mês ou dois e, depois, o esquecimento. As famílias que perderam gente acomodam sua dor. Os que perderam coisas, recuperam. E a vida segue, enquanto nos palácios os governantes contratam empreiteiros para a reconstrução. Os mesmos de sempre levarão os lucros”¹⁴.

Permanecem sendo essas as cartas do destino da Blumenau das maiorias? No pós-desastre, as esperanças estavam no *povo* e no processo desencadeado pelos fóruns em que ele tem expressão. E as esperanças desembocaram no Movimento dos Atingidos pelo Desastre [MAD], na *reinvenção da cidade*.

É certo que este projeto, difuso, tem tido dificuldade de se afirmar. Todavia, a *negação* do projeto das elites, identificado com agressão ambiental e exclusão social, não deixa de ser um bom começo. Não há governos nem grana desse lado. O consolo é que também não há ilusão.

¹⁴ Cf. Elaine Tavares, “As chuvas em Santa Catarina”, em: <http://www.sintufsc.ufsc.br/wordpress/?p=640>.